



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Pça Dr. Castilho nº 10, Centro, Presidente Olegário – MG – CEP: 38750-000
procuradoria.licitacao@po.mg.gov.br

PARECER

DIREITO ADMINISTRATIVO. SAÚDE PÚBLICA. CREDENCIAMENTO. ART. 79, I, DA LEI Nº 14.133/2021. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL. ALEGAÇÃO DE PRAZO EXÍGUO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. EXAMES LABORATORIAIS. DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE PRAZO MÍNIMO LEGAL PARA CREDENCIAMENTO. NATUREZA NÃO EXCLUDENTE E PERMANENTEMENTE ABERTA DO PROCEDIMENTO. NECESSIDADE DE REPUBLICAÇÃO EM CASO DE ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA. RISCO CONCRETO DE DESASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO. PONDERAÇÃO DE PRINCÍPIOS. PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO PRIMÁRIO. IMPUGNAÇÃO CONHECIDA E INDEFERIDA.

Processo Licitatório nº: 001/2026

Inexigibilidade nº: 001/2026 – Credenciamento nº 001/2026

Referência: Pedido de Impugnação de Edital

Empresas: Viva Mais Clínica de Saúde Ltda

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação administrativa apresentada por **Viva Mais Clínica de Saúde Ltda.**, em face do Edital de Credenciamento nº 001/2026, cujo objeto é o credenciamento de laboratórios de análises clínicas para realização de exames laboratoriais conforme a Tabela SUS (SIGTAP), destinados ao atendimento das unidades de saúde da rede municipal.

A impugnante sustenta, em síntese, que o prazo fixado para apresentação da documentação seria exíguo, sobretudo quando considerado o incremento das exigências de habilitação em relação ao edital anterior, o que poderia resultar em restrição indevida à competitividade.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Pça Dr. Castilho nº 10, Centro, Presidente Olegário – MG – CEP: 38750-000
procuradoria.licitacao@po.mg.gov.br

A Procuradoria foi instada a se manifestar quanto à regularidade formal da impugnação, ao mérito das alegações, aos riscos jurídicos e administrativos e à conveniência jurídica de eventual acolhimento ou indeferimento, à luz da Lei nº 14.133/2021, da jurisprudência dos Tribunais de Contas e das boas práticas da Advocacia Pública.

É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 REGULARIDADE FORMAL DA IMPUGNAÇÃO

Legitimidade

A impugnante é pessoa jurídica potencialmente interessada no credenciamento, inclusive com histórico de prestação de serviços ao Município em certame anterior, circunstância que lhe confere legitimidade para impugnar o edital, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e do próprio instrumento convocatório.

Tempestividade

O Edital foi publicado em 08/01/2026, tendo a impugnação sido apresentada em 15/01/2026, antes da data designada para a sessão pública inaugural, atendendo ao prazo legal previsto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

Adequação da via e requisitos formais

A impugnação foi apresentada por meio idôneo, com fundamentação clara e pedidos específicos, atendendo aos requisitos formais exigidos.

2.2 SÍNTESE DOS ARGUMENTOS DO IMPUGNANTE

A impugnante alega, em síntese:

- a) que o prazo entre a publicação do edital e a apresentação da documentação seria reduzido;
- b) que o edital ampliou as exigências de habilitação econômico-financeira e técnica;
- c) que a conjugação desses fatores poderia restringir a competitividade;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Pça Dr. Castilho nº 10, Centro, Presidente Olegário – MG – CEP: 38750-000
procuradoria.licitacao@po.mg.gov.br

- d) que não haveria situação emergencial apta a justificar o cronograma adotado;
- e) invoca entendimento do Tribunal de Contas da União acerca da necessidade de prazos razoáveis.

2.3 ANÁLISE JURÍDICA DE MÉRITO

O procedimento adotado pelo Município encontra amparo no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se como **credenciamento para contratação paralela e não excludente**, hipótese em que a Administração pode celebrar contratações simultâneas com todos os interessados que preencham os requisitos previamente estabelecidos.

Nesse modelo:

- inexistente limitação do número de contratados;
- não há disputa competitiva entre interessados;
- o procedimento permanece aberto durante toda a sua vigência, admitindo o ingresso posterior de novos credenciados.

A Lei nº 14.133/2021 não fixa prazo mínimo expresso para apresentação da documentação em procedimentos de credenciamento, remetendo a definição do cronograma à discricionariedade administrativa, desde que observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade.

Todavia, no âmbito do Município, essa lacuna normativa foi validamente suprida por regulamento próprio, qual seja, o **Decreto Municipal nº 1.760, de 19 de janeiro de 2024**, com redação dada pelo Decreto nº 1.763/2024, que assim dispõe:

“Art. 10. Os interessados deverão apresentar requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar a partir da data fixada no Edital, a qual não poderá ser inferior a 08 (oito) dias úteis após a publicação do Edital.”

Trata-se de norma infralegal válida, editada no exercício do poder regulamentar, vinculando a atuação administrativa no âmbito municipal.

No caso concreto, verifica-se que:

- a publicação do Edital nº 001/2026 ocorreu em **08/01/2026**;
- a data fixada para apresentação da intenção de credenciamento foi **20/01/2026**.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Pça Dr. Castilho nº 10, Centro, Presidente Olegário – MG – CEP: 38750-000
procuradoria.licitacao@po.mg.gov.br

Entre a publicação e a data inicial para apresentação da documentação decorreu o interregno mínimo de **08 (oito) dias úteis**, em **estrita observância ao prazo regulamentar municipal**, inexistindo qualquer violação normativa.

Superada a legalidade do prazo fixado, é importante ressaltar que o objeto do credenciamento se refere à **prestação de serviço público essencial**, diretamente relacionado ao **direito fundamental à saúde** (art. 196 da Constituição Federal).

Conforme informação da Secretaria Municipal de Saúde, o Município encontra-se praticamente sem saldo disponível para a realização de exames laboratoriais, o que evidencia risco concreto e imediato de prejuízo à população em caso de atraso ou paralisação do procedimento.

Nesse contexto, impõe-se a observância do **princípio da continuidade do serviço público**, que deve prevalecer na ponderação entre eventuais interesses procedimentais e o interesse público primário.

O acolhimento da impugnação, com a alteração da data da sessão pública inaugural, implicaria necessariamente a retificação e republicação do edital, com a consequente reabertura integral dos prazos, o que reiniciaria o cronograma do procedimento e por consequência retardaria a recomposição da rede de prestadores, potencializando o risco de desassistência à população, diante da insuficiência atual de saldo para exames laboratoriais.

Assim, a medida pretendida pela impugnante, embora sob o argumento de ampliação da competitividade, produziria efeito prático mais gravoso ao interesse público.

Não poderemos deixar de mencionar também que eventual limitação inicial decorrente do cronograma é substancialmente mitigada pela própria natureza jurídica do credenciamento, que não se exaure na sessão inaugural, admitindo credenciamentos posteriores a qualquer tempo, não conferindo qualquer tipo de benefício, prioridade ou exclusividade aos primeiros habilitados.

Não se verifica, portanto, restrição definitiva ou irreversível à competitividade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria **opina**:

a) **pelo conhecimento da impugnação**, por atender aos requisitos formais;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Pça Dr. Castilho nº 10, Centro, Presidente Olegário – MG – CEP: 38750-000
procuradoria.licitacao@po.mg.gov.br

b) **no mérito, pelo indeferimento da impugnação**, mantendo-se integralmente o Edital de Credenciamento nº 001/2026;

A presente manifestação limita-se à análise **jurídico-administrativa**, abstendo-se de juízo sobre aspectos técnicos, sanitários ou de conveniência e oportunidade administrativa, os quais se inserem na esfera de atribuições da área técnica competente.

É o parecer.

Presidente Olegário, 20 de janeiro de 2026.

AMELY MARIA DE
ALMEIDA

PINHEIRO:09686325727

Amely Maria de Almeida Pinheiro

Procuradora – OAB/MG 128.14

Assinado de forma digital por
AMELY MARIA DE ALMEIDA
PINHEIRO:09686325727
Dados: 2026.01.20 10:44:02
-03'00'



DIÁRIO ELETRÔNICO OFICIAL

Município de Presidente Olegário - MG

Ano VIII / Edição Nº 1598 quinta-feira, 8 de janeiro de 2026 / Lei Complementar Nº 082 de 14/11/2018

ATOS DO PODER EXECUTIVO – PORTARIAS

PORTARIA Nº 004, DE 07 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de Pregoeiro, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Presidente Olegário/MG, no uso de suas atribuições legais e considerando as normativas legais;

CONSIDERANDO a necessidade de designação de servidores para exercerem a função de Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, conforme disposição da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 3.511/2022;

CONSIDERANDO ainda que o Município de Presidente Olegário não possui em seus quadros servidores efetivos capacitados e qualificados para desempenhar as funções de Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, fica autorizado designar, nos termos da Lei Municipal nº 14.133/2021, servidores temporários e/ou detentores de cargos em comissão;

CONSIDERANDO que a Administração Pública não pode parar as suas atividades, sendo que as mesmas são essenciais.

RESOLVE:

Art. 1º Designar servidores para compor Comissão de Licitações e desempenhar as atribuições de Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, os seguintes membros:

I – Pregoeira/Agente de Contratação:

a) Camila Fonseca da Silva – Matrícula 9.819

II – Equipe de Apoio:

a) Pamela Suelenn De Carvalho Alves – Matrícula 9.590

b) Vanessa Braga Alves – Matrícula 2.275

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 020/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **06 de janeiro de 2026**.

Presidente Olegário/MG, 07 de janeiro de 2026.

RHENYS DA SILVA CAMBRAIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 005, DE 07 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de Pregoeiro, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Presidente Olegário/MG, no uso de suas atribuições legais e considerando as normativas legais;

CONSIDERANDO a necessidade de designação de servidores para exercerem a função de Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, conforme disposição da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 3.511/2022;

CONSIDERANDO ainda que o Município de Presidente Olegário não possui em seus quadros servidores efetivos capacitados e qualificados para desempenhar as funções de Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, fica autorizado designar, nos termos da Lei Municipal nº 14.133/2021, servidores temporários e/ou detentores de cargos em comissão;

CONSIDERANDO que a Administração Pública não pode parar as suas atividades, sendo que as mesmas são essenciais.

RESOLVE:

Art. 1º Designar servidores para compor Comissão de Contratação e desempenhar as atribuições de Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, os seguintes membros:

I – Pregoeira/Agente de Contratação:

a) Kimbelly Luane Barbosa Santos – Matrícula 8852

II – Equipe de Apoio:

a) Luciana Cesaria da Silva Souza – 9.855

b) Michelle de Fátima Sousa – 10.356

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 021/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **06 de janeiro de 2026**.

Presidente Olegário/MG, 07 de janeiro de 2026.

RHENYS DA SILVA CAMBRAIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 006, DE 07 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de Pregoeiro, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Presidente Olegário/MG, no uso de suas atribuições legais e considerando as normativas legais;

CONSIDERANDO a necessidade de designação de servidores para exercerem a função de Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, conforme disposição da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 3.511/2022;

CONSIDERANDO ainda que o Município de Presidente Olegário não possui em seus quadros servidores efetivos capacitados e qualificados para desempenhar as funções de Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, fica autorizado designar, nos termos da Lei Municipal nº 14.133/2021, servidores temporários e/ou detentores de cargos em comissão;

CONSIDERANDO que a Administração Pública não pode parar as suas atividades, sendo que as mesmas são essenciais.

RESOLVE:

Art. 1º Designar servidores para compor Comissão de Contratação e desempenhar as atribuições de Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, os seguintes membros:

I – Pregoeira/Agente de Contratação:

a) Monize Angela de Andrade – Matrícula 9.866

II – Equipe de Apoio:

a) Simone Carolina Da Silva – Matrícula 10.225

b) Stephany Amancio Queiroz – Matrícula 9.872

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 022/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **06 de janeiro de 2026**.

Presidente Olegário/MG, 07 de janeiro de 2026.

RHENYS DA SILVA CAMBRAIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 007, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre exoneração de cargo em comissão de Assessor Escolar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Presidente Olegário/MG, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 65, VI, c/c art. 90, II, “a”, ambos da Lei Orgânica do Município, bem como o teor da Lei Complementar nº 028/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **MYRIAN DE CASSIA LUCAS PEREIRA**, do cargo em comissão de Assessor Escolar, **a partir do dia 07 de janeiro de 2026**.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Presidente Olegário/MG, 08 de janeiro de 2026.

RHENYS DA SILVA CAMBRAIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 008, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a designação de Leiloeiro e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI, do art. 65, bem como, a alínea “a” do inciso II, do art. 90, todos da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no art. 31 da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a designação de Leiloeiro;

CONSIDERANDO a necessidade de alienar, através de leilão, bens móveis classificados como recicláveis, conforme autorização contida no Decreto Municipal nº 1.885/2025;

CONSIDERANDO que no presente caso não é viável a contratação de leiloeiro oficial, uma vez que, se tratam de bens de pequeno valor;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **CAMILA FONSECA DA SILVA**, matrícula 9819, ocupante do cargo de Assessor Administrativo, para exercer as funções de Leiloeiro, assim como praticar todos os atos, estabelecer critério e definir normas necessárias a realização do Leilão, sem prejuízo das suas atribuições.

Art. 2º O leiloeiro realizará o leilão em estrita observância a Lei Federal nº 14.133/2021, ao Decreto Municipal nº 1.885/2024 e ao próprio edital do certame.

Art. 3º Compete ao Leiloeiro organizar, operacionalizar, divulgar, prestar contas, expedir os documentos referentes às arrematações, produzir a Ata circunstanciada e realizar todos os procedimentos inerentes à sua função e objetivo fim da presente nomeação.



DIÁRIO ELETRÔNICO OFICIAL

Município de Presidente Olegário - MG

Ano VIII / Edição Nº 1598 quinta-feira, 8 de janeiro de 2026 / Lei Complementar Nº 082 de 14/11/2018

Art. 4º O servidor nomeado por esta Portaria não será remunerado pelo exercício dessa função, sendo que os serviços são considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 5º Ficam designadas para exercer a função de equipe de apoio, as servidoras:

I – PAMELLA SUELENN DE CARVALHO ALVES - Matrícula 9.590

II – VANESSA BRAGA ALVES - Matrícula 2.275

Parágrafo único. Os servidores mencionados nos incisos deste artigo auxiliarão o Leiloeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **06 de janeiro de 2026**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Presidente Olegário/MG, 08 de janeiro de 2026.

RHENYS DA SILVA CAMBRAIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 009, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de Membro e Equipe de Apoio das Comissões de Contratação, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Presidente Olegário/MG, no uso de suas atribuições legais e considerando as normativas legais;

CONSIDERANDO a necessidade de servidor capacitado para fazer a conferência de documentação econômico-financeira, conforme disposição do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO ainda que o Município de Presidente Olegário não possui em seus quadros servidores efetivos capacitados e qualificados para desempenhar tal função;

CONSIDERANDO que a Administração Pública não pode parar as suas atividades, sendo que as mesmas são essenciais.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **FRANCYELLE CRISTINA GOMES NORONHA**, matrícula 9.234, para compor todas as Comissões de Contratação como Membro e Equipe de Apoio, fazendo a conferência da documentação econômico-financeira das empresas, conforme disposição do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 023/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **06 de janeiro de 2026**.

Presidente Olegário/MG, 08 de janeiro de 2026.

RHENYS DA SILVA CAMBRAIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 010, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.

Nomeia Comissão Especial do Processo Seletivo nº 001/2026 da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Prefeito de Presidente Olegário/MG, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, nos incisos VI, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Edital nº 001/2026 do Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros:

I – Valdison Joao de Oliveira – Matrícula 5.534

II – Maryana Xavier Pereira – Matrícula 9.862

III – Ludmila de Sousa Guimarães – Matrícula 9.857

Art. 2º A presidência da Comissão Especial do Processo Seletivo será de **Valdison Joao de Oliveira**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos ao dia 06 de janeiro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Presidente Olegário/MG, 08 de janeiro de 2026.

RHENYS DA SILVA CAMBRAIA

Prefeito Municipal

AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO – PROCESSO nº 001/2026 - INEXIGIBILIDADE nº 001/2026

O Município de Presidente Olegário-MG torna pública o Processo 001/2026, Inexigibilidade 001/2026 Credenciamento nº 001/2026, cujo objeto é o **Credenciamento de laboratórios de análises clínicas para realização de exames laboratoriais conforme a Tabela SUS (SIGTAP), para atendimento das unidades de saúde da rede municipal**. Os documentos para credenciamento deverão ser inseridos no site www.licitanet.com.br, a partir do dia 20 de janeiro de 2025. O edital, encontra-se disponível no sítio: www.po.mg.gov.br/licitacoes. Camila Fonseca da Silva – Agente de contratação. Inf: 3438110070 ou licitacao@po.mg.gov.br.

Expediente
Diário Oficial Eletrônico do Município de Presidente Olegário –MG
Órgão Oficial do Município de Presidente Olegário, MG
Criado pela Lei nº 082 de 14 de novembro de 2018
Praça Doutor Castilho, nº10, Centro
Telefone: (34) 3811-2488
Cópias do Diário Oficial podem ser obtidas no portal do Município
Acesso ao diário oficial: http://po.mg.gov.br/diario-oficial

DECRETO Nº 1.760, 19 DE JANEIRO DE 2024.



Regulamenta o art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar de credenciamento para a contratação de bens e serviços, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 65, inciso VI, da **Lei Orgânica** Municipal, e tendo em vista o disposto no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta o art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar de credenciamento para a contratação de bens e serviços, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto não se aplica às contratações de obras e serviços especiais de engenharia.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, serão adotadas as seguintes definições:

I - credenciamento - processo administrativo de chamamento público em que o órgão ou a entidade credenciante convoca, por meio de edital, interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

II - credenciado - fornecedor ou prestador de serviço que atende às exigências do edital de credenciamento, apto a ser convocado, quando necessário, para a execução do objeto;

III - credenciante - órgão ou entidade da administração pública municipal responsável pelo procedimento de credenciamento;

IV - edital de credenciamento - instrumento convocatório que divulga a intenção de compra de bens ou de contratação de serviços e estabelece critérios para futuras contratações; e

Art. 3º O credenciamento poderá ser adotado pela administração nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Art. 4º O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

CAPÍTULO II DO CADASTRAMENTO

Art. 5º O credenciamento ficará permanentemente aberto durante a vigência do edital e será realizado por meio do Setor de Licitações, observadas as seguintes fases:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de credenciamento;

III - de registro do requerimento de participação;

IV - de habilitação;

V - recursal; e

VI - de divulgação da lista de credenciados.

Parágrafo único. Para a realização do credenciamento, serão observados os procedimentos estabelecidos no Edital de Credenciamento que regulamentará o fornecimento ou a prestação do serviço.

CAPÍTULO III DA FASE PREPARATÓRIA

Art. 6º A escolha pela contratação por credenciamento deverá ser motivada durante a fase preparatória e atender, em especial:

I - aos pressupostos para enquadramento na contratação direta, por inexigibilidade, conforme previsto no inciso IV do caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021; e

II - à necessidade de designação da comissão de contratação como responsável pelo exame e julgamento dos documentos de habilitação, nos termos do disposto na Lei Municipal nº 3.439/2022.

Art. 7º O edital de credenciamento observará as regras gerais da Lei nº 14.133/2021, e conterá:

- I - descrição do objeto;
- II - quantitativo estimado de cada item, com respectiva unidade de medida;
- III - requisitos de habilitação e qualificação técnica;
- IV - prazo para análise da documentação para habilitação;
- V - critério para distribuição da demanda, quando for o caso;
- VI - critério para ordem de contratação dos credenciados, quando for o caso;
- VII - forma e prazos de interposição dos recursos, impugnação e pedidos de esclarecimentos;
- VIII - prazo para assinatura do instrumento contratual após a convocação pela administração;
- IX - condições para alteração ou atualização de preços nas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput do art. 3º deste Decreto;
- X - hipóteses de descredenciamento;
- XI - minuta de termo de credenciamento, de contrato ou de instrumento equivalente;
- XII - modelos de declarações;
- XIII - possibilidade de cometimento a terceiros, quando for o caso; e
- XIV - sanções aplicáveis.

§ 1º O edital definirá os valores fixados e poderá prever índice de reajustamento dos preços, quando couber, para as hipóteses de contratação paralela e não excludente e de contratação com seleção a critério de terceiros.

§ 2º Na hipótese de contratação em mercados fluidos, o edital poderá, quando couber, fixar percentual mínimo de desconto sobre as cotações de mercado registradas no momento da contratação.

§ 3º Para a busca do objeto com melhores condições de preço nas contratações em mercados fluidos, será fornecida, quando for possível, solução tecnológica que permita a integração dos sistemas gerenciadores e interface aos sistemas dos fornecedores.

§ 4º Na hipótese de credenciamento para fornecimento de bens, a administração poderá, excepcionalmente, exigir amostra ou prova de conceito do bem na fase de análise da documentação ou no período de vigência do contrato, desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Art. 8º O edital de credenciamento será divulgado e mantido à disposição no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

Parágrafo único. As modificações no edital serão publicadas no PNCP e observarão os prazos inicialmente previstos no edital, respeitado o tratamento isonômico dos interessados.

Art. 9º Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação será realizada de acordo com as regras do edital, respeitado o critério objetivo estabelecido para distribuição da demanda, o qual deverá garantir a igualdade de oportunidade entre os interessados.

Parágrafo único. A administração permitirá o cadastramento permanente de novos interessados, enquanto o edital de chamamento permanecer vigente.

CAPÍTULO IV DA APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

~~**Art. 10** Os interessados deverão apresentar requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para o fornecimento dos bens ou para a prestação dos serviços.~~

Art. 10. Os interessados deverão apresentar requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar a partir da data fixada no Edital, a qual não poderá ser inferior a 08 (oito) dias úteis após a pública do Edital. (Redação dada pelo Decreto nº 1763/2024)

§ 1º É vedada a participação no processo de credenciamento de pessoa física ou jurídica que:

I - esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública; ou

II - mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

§ 2º O interessado declarará, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas na legislação, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de seu requerimento de participação com as exigências do edital.

§ 3º A falsidade da declaração de que trata o §2º sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade penal.

CAPÍTULO V DA HABILITAÇÃO

Art. 11. Para habilitação como credenciado, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto da contratação, nos termos do disposto nos art. 62 ao art. 70 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 12. A inscrição do interessado para o credenciamento mediante apresentação de requerimento de participação implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas no edital.

Art. 13. O interessado que atender aos requisitos de habilitação previstos no edital será credenciado pelo órgão ou pela entidade credenciante, com a possibilidade de, no interesse da administração, ser convocado para executar o objeto.

Art. 14. Quando convocado para execução do objeto, o credenciado deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos no edital de credenciamento para fins de assinatura de contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

Parágrafo único. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006.

CAPÍTULO VI DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

~~**Art. 16.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.~~

Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o início dos credenciamentos. (Redação dada pelo Decreto nº 1763/2024)

~~§ 1º A comissão de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou à~~

~~impugnação no prazo de três dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.~~

§ 1º A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame. (Redação dada pelo Decreto nº 1763/2024)

§ 2º Em caso de acolhimento da impugnação, o edital retificado será publicado no PNCP.

§ 3º A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da comissão de contratação será motivada nos autos.

§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas nos mesmos meios que o Edital tiver sido publicado no prazo estabelecido no §1º

Art. 17. Após a decisão da administração sobre a habilitação, o interessado poderá, conforme definido em edital, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

§ 1º O interessado poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis, contado da data de publicação da decisão.

§ 2º O recurso será dirigido à comissão de contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de três dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

§ 3º A autoridade superior deverá proferir a sua decisão no prazo máximo de dez dias úteis, contado da data de recebimento dos autos.

CAPÍTULO VII DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

Art. 18. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP.

CAPÍTULO VIII DA CONTRATAÇÃO

Art. 19. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e no edital de credenciamento.

§ 2º O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será estabelecido em edital.

§ 3º O prazo de que trata o §2º poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

§ 4º Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração poderá realizar consultas e diligências para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

Art. 20. A vigência dos contratos decorrentes do credenciamento será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 21. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO IX DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

Art. 22. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

§ 1º Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto no art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

Art. 23. O órgão ou a entidade credenciante poderá realizar o descredenciamento quando houver:

I - pedido formalizado pelo credenciado;

II - perda das condições de habilitação do credenciado;

III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

§ 1º O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do caput não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

§ 3º Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

§ 4º Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

CAPÍTULO X DA SANÇÃO

Art. 24. Os credenciados, após convocação para assinatura do instrumento contratual ou instrumento equivalente, estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e no edital e às demais cominações legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. O mesmo interessado poderá ser credenciado para executar mais de um objeto, desde que atenda aos requisitos de habilitação em relação a todos os objetos.

§ 1º O credenciado, no caso previsto neste artigo, poderá apresentar de uma vez só a documentação exigida.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica quando as exigências de capacidade técnica forem diferenciadas, hipótese em que o credenciado deverá apresentar complementação da documentação relativa a esse quesito.

Art. 27. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Olegário/MG, 19 de janeiro de 2024.

RHENYS DA SILVA CAMBRAIA
Prefeito Municipal